AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PUBLIC-PRIVATE RELATIONS IN PUBLIC POLICIES OF BASIC EDUCATION

LAS RELACIONES PÚBLICO-PRIVADAS EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

Angélica Felske Gabriel[1]
Viviane Martins Vital Ferraz[2]
Rosane Carneiro Sarturi[3]

RESUMO
O artigo é um recorte da dissertação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O objetivo foi compreender como as relações entre o público e o privado impactam os processos de ensino-aprendizagem de uma escola municipal, localizada na zona rural de um município do interior do estado do Rio Grande do Sul, considerando a implementação do apostilamento vinculado ao "Sistema de Ensino Aprende Brasil", no período pós-pandêmico. A metodologia foi de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, a partir das entrevistas narrativas (auto)biográficas temáticas, o diário de campo e a análise documental. Pautou-se nos estudos de: Arroyo e Fernandes (1999); Adrião e Peroni (2009); Adrião et al (2016); Peroni (2015; 2017); Saura, Gutiérrez e Vargas (2021); dentre outros. Os resultados revelam que houve ações municipais para minimizar os danos, todavia as medidas poderiam ser melhor conduzidas com a adoção da gestão democrática. O sistema de apostilamento não apresentou aproximações com a realidade dos estudantes que residem em áreas rurais. A implementação de uma cultura digital, prevista na BNCC (Brasil, 2018), não se concretizou nem antes e nem depois da pandemia. Tanto estudantes quanto professores não assumiram o protagonismo digital, evidenciando que o discurso não acompanhou a prática. Foi produzido um Roteiro Orientador (e-book) que divulgou os resultados e as sugestões das colaboradoras, visando contribuir com a formação permanente docente e está vinculado à dissertação[4], no manancial da UFSM.
PALAVRAS-CHAVE: parcerias público-privadas; políticas públicas educacionais; sistema de apostilamento.

ABSTRACT
The article is a clipping from the Professional Master's dissertation in Public Policy and Educational Management, part of the Graduate Program in Public Policy and Educational Management (PPPG) at the Federal University of Santa Maria (UFSM). The objective was to understand how the relationships between public and private sectors impact the teaching-learning processes at a municipal school located in a rural area of a municipality in the interior of the state of Rio Grande do Sul, considering the implementation of the "Education System Learns Brazil" materials in the post-pandemic period. The methodology was qualitative, specifically a case study, utilizing thematic (auto)biographical narrative interviews, a field diary, and document analysis. It was based on the studies of Arroyo and Fernandes (1999); Adrião and Peroni (2009); Adrião et al. (2016); Peroni (2015; 2017); Saura, Gutiérrez, and Vargas (2021); among others. The results reveal that there were municipal actions to mitigate the damages; however, the measures could have been better managed with the adoption of democratic management. The teaching materials system did not align with the reality of students residing in rural areas. The implementation of a digital culture, as outlined in the BNCC (Brazil, 2018), was not realized either before or after the pandemic. Both students and teachers did not take on a digital leadership role, highlighting that the rhetoric did not match the practice. An Advisory Guide (e-book) was produced to disseminate the results and suggestions of the collaborators, aiming to contribute to ongoing teacher training, and is linked to the dissertation, available in the UFSM repository.
KEYWORDS: public-private partnerships; educational public policies; apostille system.

[1] Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. Orcid: 0009-0001-5979-2482
[2] Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. Orcid: 0000-0002-5947-6041
[3] Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. Orcid: 0000-0002-5947-6041
[4] Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/31595> Acesso em: 10 maio 2024.

RESUMEN
El artículo es un recorte de la disertación de Maestría Profesional en Políticas Públicas y Gestión Educativa del Programa de Posgrado en Políticas Públicas y Gestión Educativa (PPPG) de la Universidad Federal de Santa Maria (UFSM). Objetivo fue comprender cómo las relaciones entre el público y el privado impactan los procesos de enseñanza-aprendizaje de una escuela municipal, ubicada en la zona rural de un municipio del interior del estado de Rio Grande do Sul, considerando la implementación del apostillamiento vinculado al "Sistema de Enseñanza Aprende Brasil", en el período post-pandémico. La metodología fue de abordaje cualitativo del tipo estudio de caso, a partir de las entrevistas narrativas (auto)biográficas temáticas, el diario de campo y el análisis documental. Se dedicó a los estudios de: Arroyo y Fernandes (1999); Adrião y Peroni (2009); Adrião et al (2016); Peroni (2015; 2017); Saura, Gutiérrez y Vargas (2021); entre otros. Los resultados revelan que hubo acciones municipales para minimizar los daños, sin embargo las medidas podrían ser mejor conducidas con la adopción de la gestión democrática. El sistema de apostillamiento no presentó aproximaciones con la realidad de los estudiantes que residen en áreas rurales. La implementación de una cultura digital prevista en la BNCC (Brasil, 2018) no se concretó ni antes ni después de la pandemia. Tanto estudiantes como profesores no asumieron el protagonismo digital evidenciando que el discurso no acompañó la práctica. Fue producido un Guión Orientador (e-book) divulgó los resultados y las sugerencias de las colaboradoras para contribuir con la formación permanente docente y está vinculada a la disertación en el manantial de la UFSM.
PALABRAS CLAVE: asociaciones público-privadas; políticas públicas educativas; sistema de apostillamiento.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo apresenta um recorte da dissertação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional e está vinculado ao Grupo de Estudos e de Pesquisa Elos[5], do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), linha de pesquisa LP1. Tem como temática as políticas públicas educacionais.

De 2020 até meados de 2022, o Brasil viveu um dos momentos mais tristes de sua história, a pandemia de Covid-19, que causou grandes perdas humanas, sociais, econômicas e educacionais. A pandemia afetou as escolas, os estudantes ficaram sem aulas presenciais por um longo período, o ensino remoto não teve resultados satisfatórios, visto que estudantes e professores não possuíam estruturas, tampouco qualificações digitais para videoaulas, principalmente em áreas rurais.

Durante esse período, evidenciou-se ainda mais as desigualdades sociais que impactam, diretamente, na qualidade da educação, principalmente na educação pública que abarca pessoas que apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica, dificuldade de acesso à cultura digital e, por vezes, estão em situação de exclusão no que se refere ao acesso às necessidades básicas, como moradia, alimentação, saúde e educação de qualidade. Vale ressaltar que, no campo das políticas públicas sociais, o discurso de proteger, atender e efetivar os direitos da população de maior vulnerabilidade ou não sai do papel ou demora a

[5] Coordenado pela professora Dra. Rosane Carneiro Sarturi. Líder do Grupo de Pesquisa ELOS, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que abarca investigações do campo curricular, perpassado pelas políticas públicas e práticas educativas no ensino básico e avaliação de curso superior no contexto da internacionalização.

ser implementado, o que reforça ainda mais a invisibilidade das necessidades dessa população perante a sociedade e as políticas públicas adotadas (Grané; Espinosa, 2021).

A pesquisa se originou a partir do conjunto de ações da esfera pública, em parceria com instituições privadas, em busca de uma solução adequada para a crise educacional amplamente agravada e mais evidenciada pela pandemia. Uma das ações materializadas foi a adoção do sistema de apostilamento, nomeado como "Sistema de Ensino Aprende Brasil" (Aprende Brasil Educação, 2023), em um município do interior do estado do Rio Grande do Sul. O sistema foi utilizado como estratégia para os déficits de ensino-aprendizagem ocasionados pela pandemia. Ele apresentou um pacote cujas propostas são de "soluções educacionais"[6] que incluem apostilas, consultoria pedagógica, plataforma digital e avaliações padronizadas, como o "SONDAR, o Hábile e o Sime B"[7].

Diante desse cenário, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: como as relações entre o público e o privado têm impactado os processos de ensino-aprendizagem de uma escola municipal, situada na zona rural de um município do estado do Rio Grande do Sul, considerando a implementação do apostilamento vinculado ao "Sistema de Ensino Aprende Brasil", no período pós-pandêmico?

Em articulação com o problema de pesquisa, o objetivo do presente artigo é compreender como as relações entre o público e o privado têm impactado os processos de ensino-aprendizagem de uma escola municipal, situada na zona rural de um município do Rio Grande do Sul, considerando a implementação do apostilamento vinculado ao "Sistema de Ensino Aprende Brasil" (Aprende Brasil Educação, 2023), no período pós-pandêmico.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), os efeitos negativos da pandemia na área da Educação foram vários, como destaca a reportagem que apresenta o estudo realizado pela UNICEF, "Evasão escolar: conheça as principais causas e como evitar o problema". A reportagem é de outubro de 2022 e fala sobre os "Efeitos da pandemia", como a evasão escolar diante da falta de internet de qualidade e/ou acesso a aparelhos eletrônicos em ambiente domiciliar para assistir às aulas e realizar as tarefas solicitadas pelos professores (Urânia, 2022, s/p).

Essa pesquisa realizada pela UNICEF (Urânia, 2022, s/p), explica que cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes não retornaram às escolas e muitos dos estudantes de escolas públicas que voltaram às aulas não conseguiam acompanhar as explicações dos professores e as atividades desenvolvidas, devido às lacunas que ficaram em seu processo de

[6] https://aprendebrasil.com.br/quem-somos/
[7] idem.

aprendizagem. Outro ponto dessa evasão foi o empobrecimento das famílias, já em vulnerabilidade social, o que provocou uma necessidade ainda maior do jovem ser inserido no mercado de trabalho, muitas vezes, informal, para garantir o mínimo de recursos financeiros destinados à sobrevivência. Ainda, aparecem na pesquisa o bullying, as falhas da escola e do sistema educativo, a dificuldade de aprendizagem, o horário escolar inadequado e a falta de interesse das famílias pelo acompanhamento da vida escolar dos filhos.

O abandono da escola pelos estudantes foi a primeira consequência causada pela pandemia. O que evidenciou ainda a falta de inclusão dos estudantes de escolas públicas à cultura digital, incluindo desde o acesso aos aparelhos eletrônicos até a formação do aluno digital para o uso adequado dos recursos tecnológicos propostos. A indisponibilidade dos meios para acessar as aulas remotas e a falta de conhecimento necessário para desenvolver o "aluno da era digital" causaram uma lacuna significativa na formação cognitiva e socioemocional e/ou o abandono. Milhões de estudantes deixaram de estudar. O desenvolvimento dos alunos em sala de aula foi prejudicado com uma queda na aprendizagem, acentuando as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos no dia a dia.

Uma pesquisa divulgada pelo portal do Senado Federal (2022), intitulada "Impactos da pandemia na educação no Brasil", considerou as múltiplas áreas afetadas, como: *na casa,* cuja sobrecarga dos pais e responsáveis ficam em maior evidência; *no ensino,* a sensação que os anos de 2020 e 2021 foram perdidos; *na sociabilidade*, o impacto emocional e relacional dos estudantes; *na barreira para o processo ensino-aprendizagem,* falta de estrutura, como celulares, computadores, internet, etc. e a ineficácia do meio online, principalmente para os estudantes menores. Como ponto positivo, aparece a maior interação entre familiares. No que se refere à percepção dos responsáveis, destaca-se que:

> Para a maioria dos pais, a falta de equipamentos adequados em casa, como computadores e celulares, foi um dos principais problemas enfrentados durante a suspensão das aulas presenciais. Muitos relataram dificuldade de prover internet e aparelho celular ou computador para todos os filhos, especialmente quando havia mais de uma criança ou adolescente precisando assistir aulas em streamings ao vivo (Senado Federal, 2022, s/p).

Vale lembrar que a cultura digital e a formação digital estavam previstas antes da pandemia, como, por exemplo, desde 2018, com a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018), o que podemos observar nas competências gerais da BNCC, principalmente na 1 e na 4:

> 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. [...] 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (Brasil, 2018, p. 7).

Ainda nesse documento balizador do currículo da educação brasileira, o termo "digital" aparece 64 vezes e o termo "tecnologia" aparece 67 vezes, o que aponta a importância do acesso ao conhecimento digital e às tecnologias de informação e de comunicação. Reconhece-se que a democratização da cultura digital promoverá mudanças significativas na vida dos estudantes se o protagonismo digital for colocado em prática. As competências e as habilidades prevêem que a formação das novas gerações perpasse pela construção de novas formas de pensar, agir e de interações multimidiáticas e digitais. O que pressupõe o desenvolvimento de novas linguagens, criticidade e protagonismo estudantil. Ou seja, a BNCC (Brasil, 2018, p. 57) prevê que a escola "eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital".

Todavia, durante o período da pandemia, evidenciou-se que a cultura digital e a democratização das tecnologias de informação não era uma realidade na maior parte das escolas públicas brasileiras, uma vez que a maior parte dos estudantes e dos professores não possuíam conhecimentos digitais, recursos tecnológicos eficientes ou internet de qualidade.

Nesse sentido, a proposta para a solução dos problemas por meio de sistemas de plataformas e de apostilamento trouxe, para alguns professores, inquietações acerca de suas metodologias. Educadores cientes das limitações e das reais condições, ao refletirem sobre as necessidades do processo ensino-aprendizagem, perguntaram-se se o sistema de apostilas seria um modelo pedagógico promotor da emancipação do estudante que reside no campo[8]. Se atenderia as especificidades das práticas escolares e pedagógicas e onde se encaixam as especificidades do ensino e da aprendizagem das escolas da zona rural. Ou, ainda, se a educação é compreendida como uma estrutura fundamental do sistema de desenvolvimento qualitativo do país ou apenas uma mercadoria.

Arroyo e Fernandes (1999), na obra: "A educação básica e o movimento social do campo", explicam que há especificidades do campo e da educação básica do campo que não

[8] De acordo com o estudo realizado, não há um documento oficial que enquadre a Escola parceira como "escola do campo"; "escola no campo" ou de "educação rural". No PPP - Plano Político Pedagógico da EMEF, apenas consta que a escola está "localizada na zona rural". Todavia, frente às especificidades dessa escola, vale um debruçar sobre os referidos conceitos para melhor compreensão do fenômeno.

podem ser substituídos por uma educação padronizada e/ou ignoradas por uma educação homogeneizadora. Assim, revelam:

> [...] como construir essa educação básica? O que tem de característico essa educação básica? O que o movimento social nos diz sobre a educação básica? O movimento social nos coloca no terreno dos direitos. A educação básica tem que ser vinculada aos direitos. Não no espaço estreito do mercado. O mercado é muito pouco exigente com a educação básica, tanto de quem mora na cidade quanto no campo. Para trabalhar na cidade, para pegar o ônibus, para ler o número do ônibus, de poucas letras precisa o trabalhador urbano, para trabalhar na roça menos ainda. O mercado nunca foi bom conselheiro para construir um projeto de educação básica (Arroyo; Fernandes, 1999, p. 17-18).

Na perspectiva da educação como um direito e não como um bem de mercado, percebe-se que, durante e após a pandemia, houve um crescimento de sistemas de ensino de instituições privadas que vendem programas pedagógicos padronizados, como os apostilamentos. Laval (2019) ajuda a pensar sobre o papel da escola, que não se trata de uma empresa, mas, sim, de formação humana, no sentido de construção de uma sociedade mais justa. Essa visão convida a lutar pela escola pública e pela qualidade de ensino, mesmo diante de momentos difíceis, como a pandemia:

> A educação - da mesma forma que a estabilidade política, a liberdade de circulação financeira, o sistema fiscal favorável às empresas, a fragilidade do direito social e dos sindicatos e o preço das matérias-primas tornou-se, entre outras coisas, um "indicador de competitividade" do sistema econômico e social. As reformas liberais na educação são, portanto, duplamente orientadas pelo papel crescente do saber na atividade econômica e pelas restrições impostas pela competição sistemática entre as economias (Laval, 2019, p. 18).

Diante desse cenário, o contexto da *práxis*[9] docente nos permite uma observação reflexiva sobre a lógica presente nessas metodologias de sistemas de ensino, adotados pela gestão das Secretarias Municipais de Educação, que podem impactar na diminuição do poder do Estado frente ao direito à educação, como coloca Azevedo (2004, p.12): "Defensores do "Estado Mínimo", os neoliberais dão crédito ao mercado a capacidade de regulação do capital e do trabalho e consideram as políticas públicas as principais responsáveis pela crise que perpassam as sociedades".

O orçamento da educação sofreu cortes consideráveis, que interferem na qualidade da educação, com a PEC nº 55/16, do Teto de Gastos (Senado Federal, 2016); com a PEC nº 241/16 (Câmara dos Deputados, 2016), que congelou os recursos em 20 anos; e com a PEC

[9] *Práxis* é, segundo Freire, "reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo" (FREIRE, 1987, p. 45).

nº 13/21 (Senado Federal, 2021), que desobriga os estados e municípios a aplicarem no ensino os percentuais mínimos de suas receitas, nos exercícios de 2020 e 2021, no auge da pandemia.

Freitas (2018) diz que, a partir de 2016, o liberalismo econômico voltou à política brasileira como um movimento global por mais padronização da educação, eclodindo na BNCC (Brasil, 2018). A padronização curricular amplia essa vertente neoliberal da comercialização da educação pública frente aos anseios desses grupos empresariais educacionais privados. E afirma que não se levou a sério o liberalismo econômico que veio de encontro às teses progressistas, disse ele: [...] chamou nossa atenção para o lado das reformas econômicas e seus impactos, retirando a nossa atenção do lado obscuro do neoliberalismo – sua ligação política com os conservadores, seu significado ideológico e os métodos pelos quais se propaga e resiste (Freitas, 2018, p. 14).

A padronização curricular pode ser vista como uma tentativa de impor uma visão homogênea de educação, alinhada aos valores e interesses do mercado, em vez de valorizar a diversidade e as necessidades específicas de cada comunidade e aluno. O compromisso das padronizações é com a instauração do livre mercado e não, necessariamente, com a democratização e/ou a emancipação do indivíduo, com o desenvolvimento humano e social.

> [...] devido à pandemia global da Covid-19, que de forma acelerada e disruptiva continua obrigando a adotar formatos de ensino não presencial ou semipresencial na maioria dos sistemas educacionais ao redor do mundo, a expansão das plataformas digitais está em crescimento exponencial, impulsionando a narrativa da "inovação digital educacional"[10] (Saura, Gutiérrez; Vargas, 2021, p. 112).

Esse movimento de implementação de políticas de privatização na educação pública se deu a partir da atuação de políticas de privatização na educação e a relação público-privada vem crescendo e se multiplicando, desde a pandemia. Destarte, algumas questões pedem reflexões acerca do impacto desse olhar mercadológico para a escola e a produção de materiais descontextualizados da realidade em que se vive, como as áreas rurais e a não formação de um sujeito digital protagonista, devido às desigualdades socioeconômicas tecnológicas. Questionamentos como esse encontram respaldo em pesquisadores como Adrião e Peroni (2009), quando colocam que:

[10] Debido a la pandemia global Covid-19, que de forma acelerada y disruptiva sigue obligando a adoptar formatos de enseñanza no presencial o semipresencial en la mayoría de los sistemas educativos de todo el mundo, la expansión de las plataformas digitales sigue disparándose, impulsando el relato de la "innovación digital educativa" (Saura, Gutiérrez; Vargas, 2021, p. 112).

> Em alguns casos, o setor público compra os sistemas de ensino com recursos próprios, em outros recebe recursos de outras esferas governamentais para viabilizar tal aquisição. De qualquer maneira, submete e envolve toda rede de ensino ou escolas em particular a uma proposta elaborada por segmentos não vinculados à educação local os quais, em nome de uma maior competência técnica substituem o compromisso político da gestão pública com a elaboração e o acompanhamento das políticas educacionais. [...] Tal situação é ainda mais evidente no âmbito dos municípios, tendo em vista as dificuldades político-administrativas que esta esfera governamental apresenta (Adrião; Peroni, 2009, p. 111).

Fato que transforma o ato de educar na escolha de produtos privados e os coloca em cestas pedagógicas que atendem ao mercado, o que distancia o diálogo com os docentes e a comunidade. Esses questionamentos levaram à busca pelo estudo e pela análise dessa chamada "mercantilização da educação" sobre os sistemas que vêm sendo adotados de forma significativa no processo educacional, à luz das políticas públicas na educação, como descreve Adrião et al (2016):

> Portanto, a crescente aplicação de recursos públicos na compra de SPEs[11] associada aos altos lucros envolvidos em tais negociações e à perda de um recurso oferecido gratuitamente pelo governo federal reduz de maneira substancial a capacidade dos municípios de disponibilizar novas vagas no sistema público, por conta da redução dos recursos públicos disponíveis para a criação de oportunidades, sobretudo nas etapas não obrigatórias e naquelas em que é baixa a cobertura. Isso ocorre com prejuízo para as populações mais pobres, crianças com idade de frequência à creche, jovens e adultos com baixa escolaridade e estudantes com deficiência ou com necessidades educativas especiais, ou seja, públicos normalmente excluídos da creche ou da escola, sob o argumento de ausência de recursos para a generalização do atendimento para além das etapas ou modalidades obrigatórias (Adrião *et al*, 2016, p. 91).

O destaque aborda uma preocupação relacionada à aplicação crescente de recursos públicos na compra de Sistemas Privados de Ensino (SPEs) e seus impactos na capacidade dos municípios de oferecer oportunidades educacionais. A implicação é que isso está associado a altos lucros nessas transações, o que pode gerar questões sobre a eficiência e a transparência na gestão e a perda de recursos dos governos, o que, possivelmente, compromete a educação pública.

Um dos pontos que também comprometeu o processo ensino-aprendizagem durante a pandemia foi a dificuldade de acesso devido à falta da internet. Vale destacar que, desde o início da pandemia, houve uma dificuldade de aprovação da lei que previa a gratuidade da internet para os estudantes. A lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022 (Brasil, 2022), que instituiu o Programa Internet Brasil, só foi aprovada dois anos após o início da pandemia. É

[11]"sistemas privados de ensino (SPEs) vendidos aos municípios, pelos cinco maiores grupos empresariais do segmento educacional em atuação no ano de 2013, identificados com base em pesquisas anteriores. São eles: Pearson, Abril Educação, Santillana, Grupo Objetivo e Grupo Positivo" (Adrião et al, 2016, p. 114).

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 20-41, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.20-41

notório que os alunos mais atingidos pelo não acesso são os estudantes de escolas públicas em situação de vulnerabilidade social ou residentes em áreas rurais. O que reforça a desigualdade e agrava as condições socioeconômicas dos estudantes que já vivem à margem da sociedade. Há a necessidade urgente de efetivar uma educação mais democrática, justa e equitativa.

Partindo da problemática e do objetivo, ambos expostos nesta seção, mergulha-se na seção posterior para compreender o percurso metodológico escolhido com o foco em atender o objetivo e reverberar possíveis resultados, discussões e considerações para prosseguir.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A escolha desse tema perpassa pela experiência de vida de uma das pesquisadoras, entrelaçada à formação, à *práxis* docente e à problemática da educação pública durante a pandemia. Atrelada à problemática, apresenta-se o objetivo geral: compreender como as relações entre o público e o privado têm impactado os processos de ensino-aprendizagem de uma escola municipal, situada na zona rural de um município do estado do Rio Grande do Sul, considerando a implementação do apostilamento vinculado ao "Sistema de Ensino Aprende Brasil", no período pós-pandêmico.

Diante da natureza interpretativa-compreensiva do objetivo, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, por abranger os campos objetivos, subjetivos e as singularidades do meio escolar. O foco é compreender o objeto em estudo, mas a partir de uma realidade distinta e a partir da experiência vivenciada pelos docentes. "Isso significa que o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada" (Lüdke; André, 1986, p. 21).

Para atender a representação singular da realidade, os instrumentos para a construção das informações a serem analisadas e divulgadas foram: o estudo do referencial teórico; o estudo documental; a entrevista narrativa realizada com quatro professoras[12]; e o diário de campo com as observações e registros essenciais durante o processo de entrevista.

[12] Os pseudônimos das professoras colaboradoras são: Salamanca do Jarau, Sepé Tiaraju, Negrinho do Pastoreio e João-de-Barro. Optou-se por pseudônimos para manter o sigilo das identidades, conforme o Termo de Confidencialidade, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e o Termo de cedência de uso firmados. O Termo de Confidencialidade determina que: "[...] informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima" (Gabriel, 2023, p. 189); e o TCLE estabelece que: "Visando atender a perspectiva ética da pesquisa, o nome do participante não será divulgado e o mesmo escolherá o seu pseudônimo" (Gabriel, 2023, p.185). O termo de cedência de uso afirma que: "autorizo o uso dos relatos (auto)biográficos por meio das entrevistas narrativas (auto)biográficas temáticas, em seus trabalhos acadêmicos, bem como artigos, periódicos, revistas, projetos de extensão, projetos de pesquisas, livros, eventos de comunicações orais, exposições em painéis ou pôsteres, outros meios de comunicação e informação que estejam relacionados à exposição e divulgação do trabalho que está sendo realizado" (Gabriel, 2023, p.190);

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 20-41, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.20-41

O estudo de caso[13], apoiado pela entrevista narrativa, tem uma intencionalidade, uma contribuição com a reflexividade docente, pois ao narrar a sua experiência docente ocorre o processo de autoformação. Desta forma, as entrevistas narrativas (auto)biográficas temáticas trazem como foco a atuação docente, no período pandêmico até os dias atuais, compreendendo o currículo vivido nesse período, assim como as práticas pedagógicas adotadas e a implementação do "Sistema de Ensino Aprende Brasil" (Aprende Brasil Educação, 2023), a partir das especificidades da educação das escolas situadas na zona rural do município. As entrevistas narrativas (auto)biográficas temáticas (vivência profissional na pandemia e na experiência com o apostilamento do "Sistema de Ensino Aprende Brasil") foram realizadas com quatro professoras[14] do ensino fundamental, que atuam em uma escola localizada na zona rural de um município do estado do Rio Grande do Sul.

Pineau (2005) destaca que a narrativa tem uma intencionalidade de conectar três elementos fundamentais para o ser docente: pesquisa + ação + formação. Ao narrar a história do lugar vivido, as colaboradoras da pesquisa ampliam o cabedal do conhecimento teórico, pois há uma possibilidade de reflexão-ação frente ao problema em estudo. A narrativa pode ser um método de pesquisa ou um instrumento de pesquisa, como, por exemplo, o instrumento da entrevista narrativa temática (Souza, 2014).

Vale destacar que a entrevista narrativa (auto)biográfica é oriunda do método de pesquisa narrativa, método (auto)autobiográfico e da História Oral. Clandinin e Connelly (2011) destacam que a pesquisa narrativa se baseia na intersecção das experiências pessoais, históricas e sociais, envolvendo uma interação autêntica com o objeto de estudo. Os participantes são unidos por uma unidade narrativa ou temática, emergindo das histórias de vida compartilhadas, refletindo tanto aspectos positivos quanto desafiadores das experiências vividas, com potencial para provocar transformações significativas. Um dos principais teóricos da História Oral foi Meihy (2000). Compreende-se que o ato de narrar está entrelaçado à noção do coletivo.

A entrevista narrativa (auto)biográfica englobou três momentos (Schütze, 2010 apud Passeggi, Nascimento e Oliveira, 2016):

a) Abertura ou roda de conversa - Tem como objetivo desenvolver a acolhida, a empatia e a confiança na pesquisa e entre narrador e pesquisador. Início da gravação com autorização prévia. Explicação da pesquisa: temática; objetivos e instrumentos; tirar dúvida

[13] A pesquisa foi autorizada a ser desenvolvida pela Secretaria Municipal, pela Direção da escola e pelas professoras colaboradoras.

[14] Os sujeitos da pesquisa narrativa (auto)biográfica são professoras colaboradoras voluntárias, com anos de magistério em um município do RS.

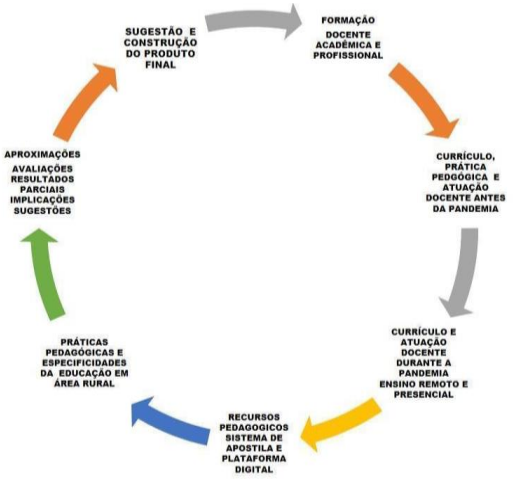
sobre o "Contrato narrativo - Roteiro da entrevista narrativa", entregue com antecedência; perguntas iniciais de conhecimento de formação e escolha profissional.

b) Entrevista temática - Construção do ciclo temático narrativo transversal que está vinculado à temática em estudo: formação docente acadêmica e profissional; currículo, prática docente e atuação docente antes da pandemia; currículo, prática docente e atuação docente durante a pandemia: ensino remoto e presencial; recurso pedagógico, sistema de apostila e plataforma digital; retorno ao presencial até o momento atual; práticas pedagógicas e especificidades da educação na zona rural; implementação do apostilamento vinculado à plataforma digital (aproximações, avaliações, resultados parciais; implicações e sugestões; sugestões para elaboração e construção do e-book como produto final). Novos fios desse ciclo podem surgir durante a entrevista ou alguns preestabelecidos podem não ser narrados. É o narrador que determina o que deseja narrar. A pesquisadora medeia a narração, levando a professora colaboradora a refletir sobre a sua prática, mas não induz respostas ou posicionamentos. Fase em que se expõe, com detalhes, o cotidiano escolar, a partir da temática em estudo.

c) Fechamento - Término da gravação com autorização prévia. Continuidade do diálogo informal. Agradecimentos e tirar dúvidas sobre algo específico da entrevista.

O roteiro entregue, previamente, às colaboradoras foi fundamental para estimular a fluidez das narrativas, aflorando aquilo que elas desejaram narrar, mas, ao mesmo tempo, dialogando com os objetivos da pesquisa.

Figura 1 - Organização da Entrevista Narrativa



Fonte: Gabriel (2023).

O diário de campo foi utilizado para a anotação das observações da pesquisadora, assim como a transcrição das entrevistas realizadas com a ajuda do "*Google* Microfone e Áudio". O diário de campo foi paginado para posterior organização das transcrições das entrevistas e das observações da pesquisadora.

> Nesta fase da entrevista e durante o processo da transcrição e da construção da análise narrativa interpretativa-compreensiva, a partir das narrativas (auto)biográficas, o uso do diário de campo é fundamental para relatar este contexto informal enriquecido de impressões e sentidos (Ferraz, 2021, p. 198).

Segundo Souza (2014), a entrevista narrativa tem como objetivo compreender e interpretar um fenômeno, a partir dos sentidos e significados construídos e reconstruídos pelos participantes. Por isso, a análise também precisa ser narrativa interpretativa-compreensiva. As narrativas foram organizadas a partir dos fios narrativos.

Bolívar (2002) complementa a ideia da análise narrativa, que está emaranhada pelos sentidos e significados de quem narra e suas leituras interpretativas e compreensivas, assim como de quem escuta. Assim, a análise narrativa também atende esse aspecto interpretativo-compreensivo, visando a significação dada pela narrativa contada. O objetivo não é "coletar dados", mas "construir conhecimento coletivo". Isso posto, a exposição das narrativas e a análise narrativa interpretativa-compreensiva foram organizadas pelo ciclo temático transversal vinculado à temática em estudo. A construção do conhecimento

> [...] representa um desafio no campo das pesquisas (auto)biográficas, uma vez que, ao buscar compreender as singularidades dos itinerários biográficos, se abrem diversas e complexas possibilidades de compreensão e interpretação (Souza, 2014, p. 299).

Nesse sentido, a análise narrativa apresenta dois objetivos: divulgar os resultados e permitir discussões e promover a autoformação das professoras colaboradoras, a partir da construção de um conhecimento colaborativo. Ainda, como instrumento de pesquisa, optou-se pelo estudo documental, o que permitiu a análise de vários documentos e legislações, visando a construção do conhecimento do processo legal percorrido pela Administração Pública para efetivar a compra do "Sistema Aprende Brasil" (Aprende Brasil Educação, 2023), para a sua implementação nas escolas do município.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises das narrativas (auto)biográficas apresentam a figura dos entrelaçamentos dos fios narrativos e percorrem a história de vida das professoras colaboradoras a partir das suas memórias ressignificadas. A temática em estudo irá direcionar o entrelaçar dos fios para a construção da trama narrativa científica que versa sobre as singulares e especificidades das experiências de vida dos sujeitos da pesquisa, mas, ao mesmo tempo, constrói uma trama que conversa com o campo da pesquisa e da Ciência Educação (Bolívar, 2002).

As narrativas estão organizadas de acordo com os fios narrativos (auto)biográficos e cada trecho subdividido está de acordo com os momentos da entrevista (1º; 2º; 3º momentos e assim por diante), como mostra-se, a seguir, quatro fragmentos retirados da dissertação (Gabriel, 2023).

Figura 2 - Fios narrativos (auto)biográficos e a construção da trama narrativa



Fonte: Gabriel (2023).

O primeiro fio narrativo apresenta a Gênese - Memórias do tempo da escola e formação profissional; o segundo fio narrativo traz a atuação docente: antes da pandemia e durante o período do ensino remoto; o terceiro fio narrativo traz a atuação docente: do retorno ao presencial (durante e pós-pandemia); e o quarto fio versa sobre as práticas pedagógicas e especificidades da educação em zona rural.

Destacam-se alguns fragmentos para exemplo das falas, dos fios narrativos, momentos de fala das colaboradoras Salamanca do Jarau, Sepé Tiaraju, Negrinho do Pastoreio e João-de-Barro.

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 20-41, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.20-41

Quadro 1 - Fio narrativo: gênese e lembranças do tempo de escola com a narrativa da colaboradora Salamanca do Jarau

Salamanca do Jarau - fios narrativos	Análise
1º momento *"[...] tenho boas lembranças do tempo de escola, quando estudava na escola [...]. Tive uma boa base formativa, colegas e amigos para toda a vida. Adorava estudar, ouvir as professoras e atividades religiosas desenvolvidas na escola. O Ensino Médio foi frustrante pela mudança de convivência e novos desafios, em uma nova escola, com uma realidade bem diferente da antiga escola. Tudo se supera e nos torna melhores. Tive bons professores no Ensino Médio, que me inspiraram para a vida. [...] Durante minha trajetória acadêmica, fui muito dedicada, estudiosa, engajada em projetos e atividades curriculares. Me formei em [...] e no ano de [...] iniciei [...] como professora contratada" (Salamanca do Jarau. Diário de campo, 2023).* 2º momento *"Ser docente é um desafio diário. Já passei por tantas experiências nesses longos anos de magistério. Escolas com poucos alunos, outras com turmas enormes. No estágio, a professora sempre falava em "jogo de cintura" e "um dia de cada vez", assim é o dia a dia docente. Cada dia na escola é uma experiência de ensinar e aprender" (Salamanca do Jarau. Diário de campo, 2023).*	Ao narrar sobre suas memórias no tempo da escola, Salamanca do Jarau demonstrou muito amor pela escola. Amor que a levou a escolher sua profissão. Seu relato revela a importância das relações interpessoais e o quanto o "bem-estar" educacional está vinculado ao lugar da boa convivência, do sentimento de pertencimento e que uma mudança de escola pode gerar algum tipo de incômodo, o que evidencia o quanto a escola deve ser um lugar de acolhida e de inclusão desde o primeiro contato do estudante com o ambiente escolar. As relações interpessoais ali desenvolvidas irão influenciar diretamente a relação intrapessoal. Em suas memórias narradas, há marcas positivas da atuação dos professores do Ensino Médio, que não apenas a inspiraram naquele período, mas por toda a vida. Ela reconhece, por meio das suas memórias ressignificadas, o protagonismo do educador e o quanto o fazer docente e pedagógico marca a história de vida positiva, ou não, dos estudantes. Apesar da sua experiência educacional, considera ser um desafio ser educadora.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Essas narrativas nos fazem refletir sobre a importância do ambiente escolar ser um espaço de construção de ideias e de relações acolhedoras, sem conflitos, equilibrado nas relações interpessoais e do importante papel do educador na formação dos estudantes. É necessário um trabalho contínuo de acolhimento, inclusão e dedicação para garantir o bem-estar e o desenvolvimento pleno dos alunos. Ao buscar as narrativas da colaboradora Sepé Tiarajú, sobre o antes da pandemia e durante o período do ensino remoto, colecionamos o seguinte quadro:

Quadro 2 - Fio narrativo: antes da pandemia e durante o período do ensino remoto

Sepé Tiarajú - fios narrativos	Análise
1º momento *"Antes da pandemia, tudo parecia normal, mas com aquelas queixas de sempre dos alunos, que não mostram interesse em estudar, o dia a dia transcorria sem muitas alterações, né, tudo como sempre" (Sepé Tiarajú. Diário de Campo. 2023).*	A narrativa da professora dá a entender, pelo ar um pouco irônico, que o termo 'parecia normal' era sobre as situações aparentemente normais que o dia a dia das escolas viviam, mostravam, porque, em escolas, de modo geral, todo dia aparecem situações inusitadas, difíceis de se lidar, inclusive a falta de

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 20-41, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.20-41

* Não houve o 2º momento nesse tema com essa colaboradora	interesse pelo estudo. Mas essa falta de interesse nos diz muito sobre os processos pedagógicos adotados. Será que a escola é um lugar que desperta o interesse pelo estudo, pela descoberta do conhecimento? A escola abarca o mundo dos estudantes, seus interesses e perspectivas futuras?

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O seguinte fragmento destaca a fala da colaboradora Negrinho do Pastoreio, em dois momentos, sobre a atuação docente no retorno ao presencial.

Quadro 3 - Trata do retorno ao presencial (durante e pós-pandemia)

Negrinho do Pastoreio - fios narrativos	Análise
1º momento *"[...] ao voltar, então, as aulas presenciais, a gente se deparou com uma realidade muito difícil, até diria que, talvez, mais difícil do que enquanto estávamos remoto, porque daí foi possível perceber o quanto, quantos, quantas relações foram desligadas, de certa forma, né, aquela questão da convivência, do respeito, do fazer o trabalho em grupo, enfim, praticamente a grande dificuldade foi e ainda está sendo, até os alunos se relacionarem entre si, coisas que a gente já tava bem melhor e com professor, inclusive, a rotina, organização do caderno, da mochila, dos materiais, então, antes da aprendizagem dos conteúdos, eu tive que me preocupar e ainda estou tendo que me preocupar com isso (Negrinho do Pastoreio. Diário de Campo. 2023).* 2º momento *"[...] acho que o retorno foi bem difícil, agora, algumas coisas estão voltando ao seu, né, 'normal', se é que pode se dizer assim, muitos alunos ainda sofrem com aquela fratura que teve, né, hoje, alunos do 6º ano, por exemplo, que tiveram lá, que saíram do quarto, do quinto, com um professor só, né, responsável por todas as disciplinas, hoje, já caíram na escola com oito professores diferentes, vamos dizer assim, então, foi tudo, foi um salto em tudo que é sentido, para muitos alunos, e sondar o que que eles realmente aprenderam, o que que não aprenderam, como a gente vai indo, ainda, eu acho que estamos nos adaptando a tudo isso que aconteceu" (Negrinho do Pastoreio. Diário de Campo. 2023).*	Articulando a narrativa da professora colaboradora, na perspectiva da importância das relações interpessoais para a aprendizagem, com a ideia das "ausências", de Santos (2020), enfatiza-se que a "pedagogia da ausência", a "pedagogia da invisibilidade", é aquela que é ofertada nos documentos oficiais, como as legislações; as políticas públicas sociais e educacionais; as políticas curriculares; regimentos e PPPs das escolas, dentre outros, mas que pouco se efetivam dentro da sala de aula e se refletem na aprendizagem qualitativa do educando. A relevância das interações, das relações de cooperação, evidencia-se, assim como o reconhecimento de incorporar uma educação que "enxergue" o educando como um "ser histórico" no qual as suas lutas representam parte das necessidades da comunidade escolar, como um todo. A construção dessa cidadania crítica, consciente e participativa não representa apenas o anseio de um documento oficial de política curricular, mas a perspectiva da comunidade escolar e o imaginário dos educadores e dos educandos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No quarto quadro e quarto fio narrativo (auto)biográfico, mostra-se os momentos da narrativa da colaboradora João-de-Barro sobre as práticas pedagógicas e as especificidades da educação na zona rural.

Quadro 4 - Práticas pedagógicas e especificidades da educação em zona rural

João-de-Barro - fios narrativos	Análise
1º momento *"[...] no meu ponto de vista, o Sistema Aprende Brasil não atende as especificidades de alunos e alunas do meio rural e não promove emancipação, uma vez que falta uma linguagem mais aproximada da realidade em que vivem, atividades, sugestões relacionadas, né, à vida no campo, inclusive atividades de campo. Então, no meu ponto de vista, não prepara e não emancipa, para que o aluno ou aluna se identifique com o interior [...] ou para a própria vida profissional. Enfim, como deveria; no meu ponto de vista, as ideias, né, possibilidades para o meio onde a escola está inserida é um grande laboratório para vários assuntos, né, com a questão da identidade, para a questão da relação ser humano e meio ambiente, para a questão da economia da produção fazer com que os alunos reconheçam e se reconheçam como protagonistas nesse espaço" (João-de-Barro. Diário de Campo. 2023).* 2º momento *"A questão de como ocorreu a implementação do apostilamento, né, no município, ele foi uma decisão bem centralizada, né, pela Secretaria de Educação, no máximo o Conselho Municipal de Educação que foi consultado, a princípio, não teve uma discussão com professores, pais e alunos, amplamente debatido. Então, se apresentou de cima para baixo, entendo que muito, também, relacionada à pandemia, a necessidade de gastar os recursos que acabaram sobrando em função de não terem tantas demandas, como nos momentos presenciais, né. Das aulas, de certa forma, em alguns momentos, em algumas disciplinas, até auxilia, auxiliou, logo no retorno das aulas presenciais, mas foi algo decidido pela gestão, né, atual, e não foi uma construção coletiva" (idem, Diário de Campo, 2023).*	Acerca da implementação das apostilas, a colaboradora João-de-Barro argumenta que não houve discussão com a categoria dos professores, nem com os pais dos alunos, e que a decisão de adquirir o produto foi colocada apenas para o CME. Dessa forma, os professores puderam se sentir preteridos e, mais uma vez, desprestigiados pela decisão do governo municipal. O termo "emancipação", usado na narrativa, é amplamente estudado por Freire (1996, 1987, 2001) e está atrelado a outro conceito freiriano, "conscientização". Ambos os termos são fundamentais na Pedagogia de Freire (1996, 1987, 2001) e deveriam se manifestar por meio das práticas curriculares e das propostas pedagógicas das escolas na zona rural. Embora o apostilamento possa ter sido útil, em alguns momentos e disciplinas, durante o retorno às aulas presenciais, é importante reconhecer que essa decisão foi tomada pela gestão, sem uma construção coletiva que envolvesse o sistema educacional. Isso levanta questões sobre transparência, participação e inclusão, de diferentes perspectivas, na formulação de políticas educacionais. A relação público-privado impacta, diretamente, na autonomia docente e na gestão democrática (Adrião et al, 2007).

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

As narrativas (auto)biográficas das quatro professoras que atuam em uma escola da zona rural, de um município do estado do Rio Grande do Sul, revelam que as escolas da zona rural apresentam não apenas suas especificidades, mas sua historicidade e quando um sistema de apostilamento não abarca essa historicidade se rompe com o caráter transformador da educação, uma vez que se silencia as características vitais do lugar histórico-social, político e cultural daqueles que ali vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo, buscou-se compreender como as relações entre o público e o privado têm impactado os processos de ensino-aprendizagem de uma escola municipal, situada na zona rural de um município do estado do Rio Grande do Sul, considerando a implementação do apostilamento vinculado ao "Sistema de Ensino Aprende Brasil", no período pós-pandêmico. Para isso, iniciou-se uma pesquisa centrada na investigação das relações entre os setores público e privado, nas políticas educacionais do ensino fundamental e no uso do sistema de apostilamento associado a uma plataforma de ensino digital, entre 2021 e 2023.

As reflexões foram sobre as expectativas iniciais geradas no período pós-pandêmico, quanto ao retorno às aulas, e a crença de que os materiais adquiridos, elaborados pelo "Sistema Aprende Brasil", de fato, pudessem solucionar os déficits causados no ensino-aprendizagem dos alunos no período do *lockdown*. Com isso, houve o despertar de alguns docentes do município, como citou a colaboradora João-de-Barro nas entrevistas (auto)biográficas já destacadas acima, que o material não atende às especificidades dos alunos e alunas do meio rural e não promove a emancipação desses, uma vez que, falta uma linguagem mais aproximada da realidade em que vivem demarcando o contexto da área rural e suas distintas localidades, necessidades e características.

Além disso, observou-se que a cultura digital ainda não é uma realidade na escola da área rural. O acesso à internet, a aparelhos eletrônicos e à formação escolar digital não corresponde ao perfil da comunidade. A desigualdade socioeconômica também produz um tipo de "analfabetismo digital", ou um tipo de "dificuldade digital", que está relacionado à falta de oportunidade de desenvolver esse cabedal de conhecimento de forma mais democrática. Inclusive, é um tipo de exclusão ao conhecimento que atinge tanto os estudantes quanto os professores.

Evidencia-se, ainda, que a gestão democrática é algo a ser implementado. A partir dos estudos realizados, compreende-se que muitas das ações e medidas poderiam ser melhor conduzidas com a adoção de uma gestão democrática efetiva nas escolas, permitindo a participação do corpo docente nas decisões específicas da área. Dar vozes aos educadores ainda é um dos grandes desafios da educação brasileira, principalmente dar vozes aos educadores que atuam em áreas rurais, em escolas *no* campo e/ou educadores que atuam em escolas *do* campo. Nesse sentido, uma das sugestões é estimular a implementação efetiva da

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 20-41, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.20-41

gestão democrática em todos os níveis da educação municipal, a autoformação docente e a emancipação dos estudantes.

Nesse estudo, visando dar voz aos educadores, as professoras colaboradoras, a partir das narrativas (auto)biográficas, contribuíram com a construção de um roteiro orientador que deu origem a um e-book, que foi divulgado através da internet, vinculado à dissertação, no manancial da UFSM/RS, e foi compartilhado com a comunidade escolar e com a gestão municipal. O e-book apresenta os resultados da pesquisa como sugestões que visam aprimorar as políticas públicas de educação nas escolas rurais ou colaborar com o processo de ensino-aprendizagem, especialmente no pós-pandemia.

Assim, espera-se que os insights apresentados no presente artigo possam provocar reflexões adicionais e contribuir para a compreensão das implicações das relações público-privadas nas políticas educacionais e práticas pedagógicas das escolas rurais. Além disso, busca-se fornecer subsídios importantes para uma melhor formação docente e impactar positivamente o ambiente educacional em questão, bem como em outras escolas que enfrentam desafios semelhantes.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Retratos da escola,** v. 3, n.4, p.107-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/105/294 >. Acesso em: 10 fev. 2023.

ADRIÃO, Theresa et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 134, p.113-131, jan.-mar., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/XvqBzgdtPyJRdkZHw4dKRFd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ADRIÃO, Theresa et al. **Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo**. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Theresa-Adriao/project/ESTRATEGIAS-MUNICIPAIS-PARA-A-OFERTA-DA-EDUCACAO-BASICA-ANALISE-DE-PARCERIAS-PUBLICO-PRIVADO-NO-ESTADO-DE-SAO-PAULO/attachment/5e7518353843b0047b3666bb/AS:871244203315201@1584732213527/download/ESTRAT%C3%89GIAS+MUNICIPAIS+REl+tecnico.pdf?context=ProjectUpdatesLog >. Acesso em: 20 mar. 2023.

APRENDE BRASIL EDUCAÇÃO. **Experiência comprovada e um sistema de ensino completo para a rede de ensino da sua cidade**. Site oficial de uma empresa do Grupo Positivo. 2023. Disponível em: <https://sistemaaprendebrasil.com.br/quem-somos/>. Acesso em 15 mar. 2023.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. **Coleção Por Uma Educação Básica do Campo**, n.º 2. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Disponível em: <https://www.academia.edu/4049553/Arroyo_por_uma_educacao_do_campo>. Acesso em: 20 mar.2023.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004

BOLÍVAR, Antonio. "¿De nobis ipsis silemus?": Epistemología de la investigación biográfico-narrativa en educación. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**, v. 4, n. 1, 2002. p. 2-26. Disponível em: < https://redie.uabc.mx/redie/article/view/49/91 >. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.351**, de 25 de maio de 2022. Institui o Programa Internet Brasil; e altera as Leis nºs 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), 5.768, de 20 de dezembro de 1971, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 13.424, de 28 de março de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021. 2022a. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1513912209/lei-14351-22> Acesso em 20 mar. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PEC 241/2016. **Proposta de Emenda à Constituição**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351 >. Acesso em: 22 dez. 2016.

CLANDININ, D. Jean; CONELLY, F. Michael. **Pesquisa Narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

FERRAZ, Viviane Martins Vital Ferraz. **Narrativas (Auto)biográficas com professoras sobre as violências e a Educação para a Humanização**: foi um rio que passou na minha vida. 2021. 628 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. 2021. Disponível em:<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/24102/TES_PPGEDUCA%c3%87%c3%83O_2021_FERRAZ_VIVIANE.PDF?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf> Acesso em 10 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GABRIEL, Angélica Felske. **A inserção do setor privado na educação básica municipal e seus efeitos nas políticas educacionais.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

GRANÉ, Clara Garcia; ESPINOSA, Leonor María Cantera. Doble invisibilización de las profesionales de servicios sociales en tiempos de crisis. **Revista Literatura em Debate**, v. 15, n. 27, jul/dez de 2021. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/3965/3172>. Acesso em: 10 maio.2024.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5719053/mod_resource/content/1/Laval%20Boitempo%20-%20A%20escola%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20uma%20uma%20empresa-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, maio/ago. p. 147-156, 2011. Disponível em: < https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8697/6351 >. Acesso em: 14 mar. 2023.

PASSEGGI, Maria; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Roberta de. As Narrativas Autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. **Revista Lusófona de Educação**, v. 33, p. 111-125, 2016. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5682> Acesso em: 14 mar. 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Implicações da relação público-privada para a democratização da educação**. 2015. 181 f. Tese (Professor Titular da Carreira do Magistério Superior). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gprppe/wp-content/uploads/2019/04/Tese-Vera-Peroni-2016.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal; SCHEIBE, Leda. Privatização da e na Educação: Projetos societários em disputa. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 11, n. 21, p.387-392, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/831/pdf_1>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal. Reforma do Estado e Políticas Educacionais no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2012. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/17362> . Acesso em: 5 nov. 2023.

PINEAU, Gaston. Emergência de um paradigma antropo formador de Pesquisa-Ação-Formação Transdisciplinar. Trad. Américo Sommerman. **Saúde e Sociedade**, v. 14, n. 3, p, 102-110, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4062/406263734006.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Portugal: Biblioteca Nacional de Portugal, 2020. Disponível em:<https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf >. Acesso em: 03 abr. 2023.

SAURA, Geo; DÍEZ GUTIÉRREZ, Enrique Javier; RIVERA VARGAS, Pablo. Innovación Tecno-Educativa "Google". Plataformas Digitales, Datos y Formación Docente. REICE. **Revista Iberoamericana Sobre Calidad, Eficacia Y Cambio En Educación**, 19(4). 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15366/reice2021.19.4.007>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SENADO FEDERAL. Institucional DataSenado. **Impactos da pandemia na educação no Brasil.** 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil#:~:text=Outro%20fator%20que%20dificultou%20o,a%20absor%C3%A7%C3%A3o%20do%20conte%C3%BAdo%20pedag%C3%B3gico>. Acesso em: 30 br.2023.

SENADO FEDERAL. Atividade Legislativa. **Proposta de Emenda à Constituição n° 13, de 2021**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148543>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SENADO FEDERAL. Atividade Legislativa. **Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em 22 dez. 2023.

SOUZA, Elizeu Clementino. Diálogos cruzados sobre pesquisa (Auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Educação**, Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/11344 >. Acesso em: 14 fev. 2023.

URÂNIA. **Evasão escolar**: conheça as principais causas e como evitar o problema. 2022. Disponível em: <https://horario.com.br/blog/evasao-escolar-conheca-as-principais-causas-e-como-evitar-o-problema/#:~:text=A%20Unicef%20informou%20em%20sua,acabou%20por%20dificultar%20a%20aprendizagem>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Agradecimentos

Às professoras colaboradoras da pesquisa, à equipe diretiva da escola municipal situada em área rural e à Secretaria Municipal por autorizar o estudo.

SOBRE AS AUTORAS

Angélica Felske Gabriel
Mestranda em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM.
E-mail: angelfelske@gmail.com

Viviane Martins Vital Ferraz
Doutora em Educação - Universidade Federal de Santa Maria/RS - UFSM.
E-mail: vivi.mvferraz@gmail.com

Rosane Carneiro Sarturi
Doutora em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.
E-mail: rcsarturi@gmail.com

Artigo recebido em 22/02/2024.
Artigo aceito em 21/05/2024.